



Políticas de incentivo à agroecologia do Banrisul *Incentive policies to agroecology at Banrisul*

AZAMBUJA, S. P. de.

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, spazambuja@gmail.com

Eixo temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Desde meados dos anos 80 passaram a surgir várias experiências de contestação ao modelo convencional de agricultura. Novas estratégias de desenvolvimento rural, orientadas para o fortalecimento da agricultura ecológica de base familiar foram realizadas de acordo com a demanda histórica dos movimentos ambientais, dos agricultores, das organizações não governamentais e dos consumidores. Neste contexto, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu dois programas: O Rio Grande Ecológico e o Sementes. No primeiro programa foram investidos, R\$ 1.822.013,14, em investimentos e custeio. No segundo, foram distribuídas, até o momento atual, mais de 1,6 bilhão de mudas e/ou sementes de árvores nativas, sementes crioulas e de horticultura agroecológica a produtores rurais, escolas, cooperativas de agricultores familiares, associações de agricultores ecológicos, grupos indígenas, quilombolas, em trabalhos de extensão universitária, feiras agroecológicas e em eventos rurais e ambientais.

Palavras chave: agricultura ecológica; segurança alimentar; soberania alimentar, sementes, crédito.

Keywords: ecological agriculture; food security; food sovereignty; seeds, credit.

Abstract: Since the mid-1980s, several experiments have emerged that challenge the conventional model of agriculture. New strategies for rural development aimed at strengthening family-based ecological agriculture were carried out based on the historical demand of environmental movements, farmers, non-governmental organizations and consumers. In this context, the Bank of the State of Rio Grande do Sul developed two programs: Rio Grande Ecológico and Sementes. In the first program, investments and costs were invested, R \$ 1,822,013.14. In the second, more than 290 million seedlings and / or seeds of native trees, creole seeds and agroecological horticulture have been distributed to rural producers, schools, family farmer cooperatives, associations of ecological farmers, indigenous groups, quilombolas, in university extension work, agro-ecological fairs and in rural and environmental events.

Contexto

a) Programa Rio Grande Ecológico

Nos anos 80 surgiram várias experiências de contestação do modelo convencional de agricultura, a partir da organização dos agricultores voltados para a produção, agroindustrialização e comercialização de produtos ecológicos. Essas práticas desenvolveram-se em unidades de produção familiar e nos últimos anos essas ações se intensificaram local e regionalmente.



Com base no panorama apresentado e respondendo à demanda histórica dos movimentos ambientais, dos agricultores, das organizações não governamentais, dos consumidores e em consonância com as solicitações da Carta Agroecológica produzida no final do I Seminário Estadual de Agroecologia, realizado no ano de 1999, foi elaborado o Programa de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Agroecológicos - Rio Grande Ecológico, o qual se encontrava alicerçado financeiramente no sistema de Crédito Rural do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

O objetivo geral do programa era o de promover ações que propiciassem a ecologização dos distintos sistemas produtivos agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul, e que apoiassem as iniciativas de Produção Ecológica já existentes no âmbito da Agricultura Familiar, qualificando o sistema de abastecimento no Estado. O mesmo privilegiava a soberania alimentar, a autonomia do agricultor, o menor custo de produção, o menor custo ambiental, a saúde e o exercício da cidadania através da gestão compartilhada que promovia na sua prática. O programa foi realizado na gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no período 2002-2003 e teve a duração de 3 anos. Não houve reedição do mesmo.

b) Programa Sementes

Em 2008, o Banrisul criou o Programa Sementes, com o objetivo de contribuir no processo de construção paradigmática para orientar estilos de agricultura de base ecológica e estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Através do programa, são distribuídas mudas e sementes de árvores nativas (adaptadas a cada região biogeográfica do RS) crioulas e de horticultura agroecológica (sem agrotóxicos).

Os projetos e ações, em seu conjunto, são realizados em parceria com a ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, Comissão Estadual de Produção Orgânica do RS (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Emater/RS, Secretaria da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural/RS, Embrapa/RS, Prefeituras Municipais, Fundação Zoobotânica/RS, Faculdade de Agronomia da UFRGS, Faculdade de Biologia/UFRGS, Faculdade de Nutrição/Unisinus, ONG's de Agricultura Ecológica e Cooperativas (CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, UNAIC – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, AECIA – Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, COOPEG – Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi, Coceargs – Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul, Cooperativa Ecocitrus, Centro Ecológico Ipê, Rede Ecovida de Agroecologia, Anama – Ação Nascente Maquiné, Arca Verde) escolas rurais, diferentes grupos de agricultores ecológicos, prefeituras, etc...

O Programa tem como principais objetivos, resgatar e preservar as variedades de sementes e mudas que se encontram em risco de extinção, preservar a importância



histórica e cultural das mesmas, garantir a segurança e a soberania alimentar, buscar a autonomia dos agricultores familiares no processo produtivo e transformar a preservação da biodiversidade em uma alternativa de renda e diversificação da propriedade.

As ações do mesmo possuem como foco, igualmente, trazer maior informação sobre os benefícios diretos e indiretos do consumo de produtos orgânicos e o estímulo ao uso e troca de sementes entre os agricultores, tendo em vista que redes sociais de sementes desempenham um papel fundamental no manejo comunitário de biodiversidade.

Descrição da experiência

a) Programa Rio Grande Ecológico

A operacionalização do programa foi pensada no sentido de acontecer em duas vias: uma ascendente e outra descendente.

A lógica **descendente** se expressava em um conjunto de atividades que seriam implementadas pelo próprio programa: cursos de formação, divulgação do produto orgânico, proposta para funcionamento de feiras ecológicas, etc. Estas atividades estavam apresentadas principalmente nos sub-programas (Formação, Apoio à Produção, Agroindustrialização, Comercialização).

O viés **ascendente** se dava a partir de projetos que deveriam ser apresentados pelos próprios interessados. Esta via aqui referida como ascendente não significava uma posição passiva do programa, razão pela qual o mesmo deveria contar com atividades específicas de divulgação que incentivassem a apresentação de projetos. O Programa oferecia taxa de juros de apenas 4% ao ano, com cobertura de 100% pelo FEAPER (Fundo Estadual de Amparo ao Produtor Rural). O agricultor pagava apenas o valor do empréstimo, com juros de 0%. Para produtores não enquadrados no sistema agrícola familiar, os juros ficaram definidos em 8,75% ao ano, desde que possuíssem projeto técnico enquadrado no programa.

A gestão se iniciava no processo de elaboração e reelaboração que deveria ser contínuo e compartilhado entre o Estado e os distintos atores que estavam presentes no meio rural.

O Limite para custeio para produtores enquadrados no Pronaf D, era de R\$ 5.000,00, com encargos de 4% ao ano (equalizado pelo FEAPER). Demais produtores (renda superior a R\$ 27.500,00), até R\$ 30.000,00 para custeio agrícola e até R\$ 40.000,00 para custeio pecuário, com encargos de 8,75% ao ano.

O Limite para investimento para produtores enquadrados no PRONAF D – era de R\$15.000,00 por indivíduo com teto máximo de R\$75.000,00 para empreendimentos



coletivos, com encargos de 3% ao ano (equalizado pelo FEAPER) com 36 meses de carência e até 5 anos para pagamento. Prazo total de até 8 anos.

O técnico da EMATER emitia documento de enquadramento no Programa, o qual deveria acompanhar o plano de crédito.

A assistência técnica era obrigatória, podendo ser prestada além da EMATER, por Entidades (ONG's ou outras instituições) desde que credenciadas junto ao Programa Rio Grande Ecológico e BANRISUL.

A elaboração dos projetos era realizada por técnicos, de instituições governamentais ou não, que tivessem passado previamente por um processo de formação técnico-social voltada para a agricultura de base ecológica, e/ou que atuassem em entidades com reconhecida experiência nessa área.

A certificação da Produção Ecológica oriunda de agricultores envolvidos com o Programa ocorria de acordo com os procedimentos legais constituídos e reconhecidos pela sociedade na época (Instrução Normativa número 7, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento). Os mecanismos de certificação participativa também eram reconhecidos.

b) Programa Sementes

Dentre os critérios de seleção do Programa Sementes contemplam-se as fases de inscrição de projeto, análise, monitoramento e avaliação dos resultados.

Inscrição: os interessados encaminham seus projetos para a chave oficial do Programa solicitando o formulário de inscrição.

O formulário contempla as principais informações sobre o projeto, como dados do solicitante, histórico da instituição, justificativa, objetivos, público alvo e resultados esperados. O solicitante preenche todos os campos do formulário e encaminha o projeto com, no mínimo, 30 dias de antecedência à data de execução do mesmo (tempo necessário para que após realizada a análise se entregue o material vegetal de forma gratuita em tempo hábil).

Análise: os técnicos do Programa Sementes avaliam os dados apresentados no formulário de solicitação, observando o enquadramento do projeto nos objetivos e diretrizes do Programa. Além disso, existe a verificação se o material vegetal das culturas solicitadas é adequado ao tipo de projeto e região de plantio. É avaliada, igualmente, a viabilidade econômica da solicitação, conforme orçamento anual prévio do Programa.

De acordo com essas etapas, e sendo o projeto adequado aos critérios já descritos, o mesmo é aprovado e encaminhado à Agência Banrisul mais próxima do local de execução do projeto.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Aprovação: as solicitações de sementes são encaminhadas ao fornecedor contratado, exclusivamente pela equipe técnica do Programa Sementes. O material é enviado pelo fornecedor à Agência do Bannrisul e tanto a distribuição do material vegetal como o início do projeto são acompanhados pelos funcionários da agência (gerentes e/ou demais funcionários).

Monitoramento e avaliação: os beneficiados pelo Programa estão sujeitos a visitas de avaliação para verificação e acompanhamento do projeto pela equipe técnica do Programa Sementes. A mesma avalia a aplicação dos recursos recebidos, bem como seus resultados do ponto de vista social, econômico, cultural e ambiental. É obrigação do responsável pelo projeto encaminhar ao Programa Sementes evidências do desenvolvimento do mesmo, na forma de relatórios, fotos, repercussões em mídia local, trabalhos apresentados, etc...

Resultados

Nesse trabalho foi analisada a criação e evolução de dois Programas realizados pelo Bannrisul: O Programa Rio Grande Ecológico e o Programa Sementes (vigente).

No período de 2000 até fevereiro de 2003 foram investidos, no Programa Rio Grande Ecológico, R\$ 1.822.013,14, sendo R\$1.636.323,74 em investimentos e R\$185.689,40 em custeio.

O Programa Sementes distribuiu, (gratuitamente) desde 2008, mais de 1,6 bilhão entre mudas e sementes de árvores nativas (adaptadas a cada região biogeográfica do RS) crioulas e de horticultura agroecológica a produtores rurais, associações de agricultores ecológicos, escolas, cooperativas de agricultores familiares, grupos indígenas, quilombolas, em trabalhos de extensão universitária, feiras agroecológicas e em eventos ambientais ligados à área rural e de agroecologia.

Observa-se que o terreno da efetivação das parcerias entre o Estado e grupos ligados à agroecologia não precisou ser criado. Ele já se encontrava presente nas diversificadas experiências enraizadas no nível local e em múltiplos contextos por todo o Rio Grande do Sul. Essas experiências são a expressão concreta de processos sociais e de projetos inovadores para a agricultura, que precisam ser consolidados, aprimorados, difundidos e popularizados.

Para Gouvêa (2000), os técnicos do setor público sabem que não basta ter a melhor proposta racional para obter êxito na administração pública. É preciso que esta proposta tenha sustentação política e seja endossada por forças sociais. As pessoas interessadas em influenciar nos efeitos e impactos de políticas públicas necessitam se organizar para intervir nesses processos ativamente. Sendo um programa um espaço também de aprendizado, são as pessoas e instituições que no âmbito da ação conjunta executarão atividades e farão as coisas acontecerem. As políticas voltadas ao desenvolvimento local só serão bem sucedidas com a ativa participação dos



beneficiários, e isso significa bem mais do que organizar, por exemplo, um mutirão na comunidade, a título de “participação”. O setor público é elemento fundamental para a redução das desigualdades e prestação de serviços, que o mercado sozinho não produz e para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, principalmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Nossa expectativa é de que o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul continuem incentivando o trabalho de reafirmação da identidade de agricultores, grupos indígenas e quilombolas em torno de um novo modelo de desenvolvimento rural, aliado a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da agroecologia, permitindo a esses grupos, redefinir seu trabalho como uma atividade autônoma, criativa, portadora de sentido, participando, igualmente, de uma sociedade solidária em uma ruralidade cidadã e viva.

Referências Bibliográficas

GOUVÊA, G. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. in: BROSE, M. **Nove anos de experiência do Projeto PRORENDA AGRICULTURA FAMILIAR no Rio Grande do Sul**, Santa Cruz do Sul, EDNISC, 347 p, 2000.